



**Relatório de Gestão e
Contas
2022**

Helena
H.F.

ÍNDICE

A. Introdução.....	4
B. Enquadramento.....	5
C. Órgãos Sociais – Mandato 2022-2025.....	6
D. As Atividades.....	8
D.1. Rede Global da Diáspora 2.0	8
D.2 Desafio 2030 – Transferência de Conhecimento e Tecnologia.....	16
D.3 Empreender 45-60 – Estratégia Nacional de Apoio ao Empreendedorismo Sénior	19
D.4 Ciclo da Sustentabilidade.....	23
D.5 Think Tank - Portugal por Inteiro / Territórios de Futuro.....	24
E. Informação institucional.....	26
F. Resultados.....	28
G. Proposta de Aplicação de Resultados.....	28
H. CONTAS.....	30
I. Anexo às demonstrações financeiras.....	34
1 NOTA INTRODUTÓRIA	34
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	35
4 FLUXOS DE CAIXA	43
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	43
6 PARTES RELACIONADAS.....	43
7 ATIVOS INTANGÍVEIS	45
8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	46
9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	47

Handwritten signature and initials in blue ink.

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	48
11 FUNDO PATRIMONIAL.....	50
12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	51
13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	51
14 DIFERIMENTOS	52
15 RÉDITO.....	52
16 SUBSÍDIOS	53
17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	53
18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	53
19 GASTOS COM PESSOAL	54
20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.....	54
21 CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS	55
22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	55



A. INTRODUÇÃO

O ano de 2022 marca o fim das restrições associadas à pandemia COVID-19 e as suas repercussões na organização da vida social.

Todavia, ultrapassada a preocupação em enfrentar os impactos imediatos da crise pandémica provocada pela Covid-19, logo surgem sinais e a evidência de uma guerra na Europa com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia. De novo, o foco dos agentes económicos é orientado para a resolução dos problemas de curto prazo, desde logo causado pela alteração das cadeias de valor e uma pressão inflacionista que gera novas preocupações no horizonte.

Com esta conjuntura adversa, a comunidade empresarial regista novos sinais de preocupação e sobressalto pelo que a Fundação AEP teve que adaptar a sua atividade a esta nova realidade.

Os princípios fundadores da nossa instituição mantêm plena atualidade. Atendendo à sua missão, a Fundação AEP pautou a sua atividade em prol do apoio à comunidade, às empresas e aos empresários. E continuará a fazê-lo através de uma resposta ajustada aos crescentes e exigentes desafios da sociedade contemporânea, alguns dos quais se acentuaram com a pandemia, como é o caso da digitalização e sustentabilidade.

Pese embora as evidenciadas dificuldades, a Fundação alcançou resultados positivos. Tal deveu-se em grande parte a uma política ativa de captação de patrocínios para a atividade voluntarista da Fundação que vem merecendo bom acolhimento pelos nossos stakeholders.

Com as dificuldades superadas num ano inesperadamente difícil, vemos sinais de esperança no futuro próximo, alicerçada que está a Fundação nos múltiplos projetos e iniciativas em que está envolvida.



B. ENQUADRAMENTO

Missão

Criada a 19 de Novembro de 2009, a Fundação AEP recebeu o seu Reconhecimento no dia 29 de Julho, através de Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, com publicação em Diário da República em 13 de Agosto [Despacho n.º 13077/1020] e foi declarada de 1) utilidade pública pelo Despacho n.º 245/2011, de 17 de Dezembro de 2010, publicado no Diário da República – 2ª série, n.º 4, de 06 de Janeiro de 2011, 2) Confirmada pelo Despacho n.º 1532/2013, de 7 de Janeiro de 2013, publicado no Diário da República – 2ª série, n.º 18, de 25 de Janeiro de 2013 e 3) Renovada pelo Despacho n.º 6420-A/2018, de 27 de junho de 2018, publicado no Diário da República – 2ª série, n.º 124, de 29 de junho de 2018.

A Fundação AEP tem como missão realizar, apoiar e patrocinar ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial, assim como a difusão de conhecimentos na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

A Fundação AEP pretende constituir uma resposta do setor empresarial às necessidades de criação de emprego, de inovação, de crescimento e de desenvolvimento económico, no quadro das suas valências e das suas iniciativas, atuada como processo de perceção e aproveitamento eficaz de oportunidades de criação de valor social e económico.

Para a FAEP a criação de valor é um processo ativo, que implica aprendizagem permanente. É neste sentido que pretendemos implementar uma abordagem própria, promovendo a colaboração entre pessoas e entidades, segundo uma visão integradora e interdisciplinar.

Os princípios fundadores da instituição mantêm plena atualidade.

C. ÓRGÃOS SOCIAIS – MANDATO 2022-2025

Conselho de Administração

- Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente
- Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal
- Fernando Paiva de Castro - Vogal
- Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal
- Sofia Salgado Pinto - Vogal

Nos termos do Artigo 26º, nº 3, dos Estatutos, o Presidente do Conselho de Administração será escolhido pelo próprio Conselho de Administração.

Conselho Executivo

- Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente
- Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal
- Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Nos termos do Artigo 30º, nº 2, dos Estatutos, o Presidente do Conselho Executivo será o Presidente do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

- Alberto João Coraceiro de Castro - Presidente
- António Henrique da Silva Cruz
- Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça

Conselho de Curadores

- José António Ferreira de Barros - Presidente

Comissão de Remunerações, para o triénio 2022 a 2025

Estatutariamente, o Presidente do Conselho de Curadores e o Presidente do Conselho Fiscal integram a Comissão, tendo sido designada, como terceiro elemento, Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos.

ATIVIDADES



D. AS ATIVIDADES

Para a prossecução dos seus fins é essencial a identificação pública da Fundação AEP com os seus objetivos, organizando eventos e atividades empresariais, tais como, jornadas, encontros, almoços debate, mesas de negócio e apoiando seminários e conferências na área da formação empresarial e do fomento do empreendedorismo.

Nesse sentido, a Fundação levou a cabo as seguintes atividades no decurso do ano de 2022.

D.1. REDE GLOBAL DA DIÁSPORA 2.0

D.1.1 Enquadramento

A **Rede Global da Diáspora 2.0** é o projeto da Fundação AEP que tem como objeto o reforço da constituição de uma Rede Global da Diáspora, através da criação de uma Plataforma Social de Networking.

Esta ambiciona aproximar as PME aos cidadãos portugueses espalhados um pouco por todo o mundo e promover deste modo as exportações nacionais.

No âmbito do presente projeto pretende-se dotar a plataforma visada de novas funcionalidades e continuar a promover a imagem externa de Portugal através do papel da sua diáspora, que tanto a irá divulgar como apresentar os recursos que o país apresenta.

A conceção de uma estratégia coletiva de coadjuvação e de networking em larga escala deverá continuar a ser capaz de agilizar a abordagem das PME aos países e aumentar significativamente o acesso das mesmas aos mercados internacionais.

D.1.2 Objetivos

A Rede Global da Diáspora visa alcançar os seguintes objetivos:

- a) Criar mecanismos que promovam um ambiente de partilha de oportunidades e de geração de negócios entre membros, através do desenvolvimento de novas funcionalidades na plataforma;
- b) Desenvolver funcionalidades na plataforma com valor para as empresas;
- c) Oferecer informação empresarial relevante que possa ser útil às PME nos seus processos de exportação e/ou internacionalização;

- d) Iniciar um processo de qualificação da oferta nacional nas várias geografias, fazendo o mapeamento das diferentes redes de distribuição;
- e) Reforçar a ligação como todas as redes colaborativas da diáspora que, de alguma forma, possam contribuir para o reforço da marca Portugal e das exportações;
- f) Utilizar a Rede Global como uma comunidade (digital) a partir do qual se aproximam pessoas e empresas, constroem pontes e fomentam relações, criando oportunidades de interação e partilha, como irá acontecer com a realização do primeiro ciclo de Encontros com Empresários da Diáspora, em seis geografias;
- g) Consolidar a Rede Global da Diáspora, criando condições que reforcem a sustentabilidade futura do projeto.

D.1.3. EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

D.1.3.1. Estudos de Business Intelligence

Realização de Estudos de Intelligence em seis mercados que permita proceder à identificação e caracterização de empresas de portugueses nos referidos mercados, dentro das várias áreas de atividade, promovendo uma aproximação dos portugueses emigrados à comunidade empresarial da diáspora (contribuindo para o aumento da venda de produtos portugueses), ao mesmo tempo que permite disponibilizar às PME portuguesas informação de mercado relevante para o desenvolvimento dos seus negócios internacionais.

O objetivo é tirar o máximo partido das redes de distribuição e retalho da diáspora, para as PME portuguesas fazerem chegar os seus produtos aos respetivos países, tendo como target não só a diáspora, mas os respetivos mercados de uma forma geral.

Classificação de Entidades

As entidades recolhidas no âmbito do *intelligence* de mercado foram estruturadas segundo as seguintes categorias:

- Importador;
- Distribuidor;
- Retalho / Comércio;
- HORECA: Hotéis / Restaurantes / Cafés;
- Serviços;
- Indústria.

Metodologia

- Research;
- Recolha, sistematização e tratamento das informações;
- Inserção da informação na plataforma.

D.1.3.2. Assessoria de Imprensa

Os trabalhos de assessoria de imprensa realizados até 31 de dezembro de 2022, resultaram num total de 548 notícias publicadas nos mais diversos meios de comunicação social nacionais e internacionais, dos quais 179 notícias em OCS internacionais

- 369 nos meios nacionais:
 - 21 meios institucionais
 - 246 imprensa
 - 91 rádio
 - 11 televisão
- 179 nos meios internacionais:
 - 16 institucionais
 - 142 imprensa
 - 8 rádio
 - 13 televisão

A nível nacional, continua a ter relevo a parceria com a RDP para o programa semanal “Negócio Fechado”, no qual se tem procurado dar visibilidade aos negócios realizados por portugueses em outros países, e cujos empresários se têm associado à rede Global, como embaixadores da plataforma. Esta rúbrica resultou em mais de 157 entrevistas, a um ritmo semanal.

Também na televisão, a Rede Global teve presença em duas edições do programa Palavra aos Diretores (na RTP Internacional) com a participação do Presidente da Fundação AEP e foi ainda mencionada em reportagem no Programa Hora dos Portugueses em três episódios.

Merece ainda destaque a publicação de notícias nos media locais e regionais, dando notícia das sessões do Roadshow nacional.

Já na comunicação social internacional, as notícias acima indicadas decorreram principalmente das jornadas de negócio que aconteceram em seis países (Suíça, Canadá, Alemanha, Brasil, França e EUA) e das ações de ativação que decorreram em outros três países (Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos), a que acresce a participação da RGD no Portugal Positivo, evento organizado pelo “Bom Dia”. Todas as notícias fazem referência ao

Projeto e à campanha de promoção internacional, pelo que este resultado contribui para o cumprimento absoluto do indicador de resultado respetivo.

D.1.3.3. Gestão de Redes Sociais

FACEBOOK

Atualmente a página de Facebook da Rede Global tem 3.408 seguidores no Facebook, com 3.153 gostos.

LINKEDIN

Na rede LinkedIn, a Rede Global atingiu um total de 1.163 seguidores. Nos últimos tempos temos vindo a intensificar e diversificar as publicações nesta rede, ampliando desta forma o alcance da informação.

INSTAGRAM

As publicações no Instagram tiveram um crescimento neste último período alcançando 346 seguidores na página.

De uma forma geral foram realizados um total de 2.974 publicações nas três redes sociais. O engagement das redes sociais do projeto estão a conseguir superar os objetivos definidos em candidatura. Tendo alcançado 97.292.000 pessoas com 3.142.107 interações.

D.1.3.4 Ativação da Rede Social e Dinamização da Rede Colaborativa

A ativação e dinamização da rede é uma das fases mais críticas do projeto, de forma a garantir a continuidade e sustentabilidade da plataforma, assente no *networking* que a mesma irá proporcionar aos seus membros. Paralelamente, não se pode perder o foco no cumprimento dos indicadores de resultado e de realização, nomeadamente no nº de membros inscritos, quer seja de individuais, quer de empresas.

O objetivo desta atividade é, pois, captar para a Rede Global da Diáspora a comunidade portuguesa de emigrantes, que se encontram hoje já devidamente integradas nos seus países de acolhimento, assim como todo o universo de expatriados que, por natureza, são quadros médios e superiores com forte experiência profissional que abraçaram a carreira internacional num determinado período das suas vidas. Obviamente que a recente vaga de emigração, na sua grande maioria constituída por jovens altamente qualificados, é também uma prioridade.

D.1.4 ATIVAÇÃO INTERNACIONAL DA REDE GLOBAL

Esta atividade prevê a dinamização da Rede Global, na continuidade dos trabalhos desenvolvidos a primeira candidatura, em três países com forte representatividade da diáspora portuguesa: Luxemburgo, Bélgica e Holanda.

Luxemburgo

A missão ao Luxemburgo teve lugar nos dias 16 e 17 de março de 2022 e contou com o apoio da Embaixada de Portugal no Luxemburgo, liderado pela Embaixador António Gamito e com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Luxemburguesa, liderada por Francis da Silva e com a qual a Fundação AEP celebrou um protocolo de colaboração.

Bélgica

Esta missão ocorreu nos dias 28 e 29 de abril de 2022. Para a organização da missão, a Fundação AEP contou, de forma direta e imprescindível, com o apoio da Embaixada de Portugal na Bélgica, liderado pela Embaixador Rui Tereno e com a Câmara de Comércio Belgo-Portuguesa, liderada por Rui Faria da Cunha e com a Federação dos Empresários Portugueses na Bélgica, liderada por Paulo de Carvalho, com os quais a Fundação AEP celebrou um protocolo de colaboração.

Países Baixos

A missão teve lugar nos dias 22 a 24 de setembro, com um conjunto de iniciativas dirigidas a empresários da diáspora portuguesa nos Países Baixos. Para a organização da missão, a Fundação AEP contou, de forma direta e imprescindível, com o apoio da Embaixada de Portugal nos Países Baixos, liderado pela Embaixador António de Almeida Lima e com a Câmara de Comércio Portuguesa nos Países Baixos - PortHollandia, liderada por Marisa Monteiro, com a qual a Fundação AEP celebrou um protocolo de colaboração.

D.1.4.1 JORNADAS INTERNACIONAIS DE NEGÓCIO

Esta atividade prevê a dinamização de seis encontros de negócio internacionais junto das comunidades empresariais mais representativas da diáspora. A ideia é criar momentos de aproximação entre empresários portugueses, residentes em vários países, para identificar e partilhar oportunidades de negócio na diáspora, capazes de fomentar o aumento das exportações, a captação de investimentos e o desenvolvimento de parcerias estratégicas.

No período reportado neste relatório foram realizadas as seguintes jornadas:

Brasil

As Jornadas de Negócio tiveram lugar do dia 29 de agosto a 2 de setembro. Esta missão foi organizada em parceria com a Federação das Câmaras de Comércio no Brasil e integrou um roadshow com início em Fortaleza (Câmara Brasil Portugal no Ceará), São Paulo (Câmara Portuguesa de Comércio em São Paulo) e Rio de Janeiro (Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro). Em todos os locais houve lugar a sessões institucionais de apresentação da RGD e suas funcionalidades, na presença do Sr. Embaixador ou Cônsules e do delegado do AICEP no Brasil, Dr. Francisco Saião Costa. Paralelamente tiveram lugar encontros com empresários da diáspora nas localidades referidas, cuja organização foi partilhada com as câmaras de comércio locais. Esta missão ao Brasil resultou no reforço da cooperação com as entidades representativas da classe empresarial mediante protocolos de colaboração que já se encontram em fase de concretização.

França

A missão teve lugar na semana de 24 de outubro a 28 de outubro, com um conjunto de iniciativas dirigidas a empresários da diáspora portuguesa, percorrendo as cidades de Toulouse, Bordéus, Paris e Lyon.

Estados Unidos da América

A missão teve lugar na semana de 28 de novembro a 2 de dezembro, com um conjunto de iniciativas dirigidas a empresários da diáspora portuguesa, percorrendo as cidades de Nova Iorque, Newark, Providence e Boston.

D.1.5 ROADSHOW PELA REDE ASSOCIATIVA NACIONAL

Esta atividade prevê a realização de um Roadshow junto da rede de associações empresarial e entidades relacionadas com a promoção da internacionalização e do investimento, que manifestem vontade em se associarem ao projeto, para divulgar a plataforma e partilhar com as PME portuguesas as vantagens em aderirem a esta importante ferramenta de apoio às exportações portuguesas.

A preparação deste roadshow implica um contacto com diversos parceiros, não só de natureza empresarial, mas também ao nível dos territórios, pelo que se pretende trabalhar em rede e em parceria com as associações empresariais e comunidades intermunicipais/autarquias.

Importa salientar que a prioridade foi a realização de sessões com presença física, sobretudo nas que foram realizadas em parceria com as associações empresariais regionais e CIM. Já no que respeita às associações setoriais parceiras, as sessões foram realizadas no formato online, na medida em que estas entidades têm uma abrangência nacional. Para a identificação de parceiros foi procurada uma diversificação em relação ao projeto anterior, com o objetivo de alargar a rede de parcerias, nomeadamente com a inclusão de sessões de apresentação nas ilhas (Madeira, Açores e Algarve), indo ao encontro dos objetivos de alcançar o maior número de PME portuguesas.

Para além da organização do roadshow com sessões de apresentação específicas do projeto, a Fundação AEP apresentou a RGD em eventos para os quais foi convidada, integrando painéis em webinars e outras iniciativas dedicadas à internacionalização.

Esta atividade teve início no ano 2021 com a realização de um evento na Guarda, em parceria com o NERGA. Mas foi ao longo do ano 2022 que a mesma alcançou o ritmo desejado, tendo sido agendadas 32 ações de divulgação, conforme mapa infra.

No total, verificaram-se 1046 inscritos nas sessões, com a participação de 645 pessoas, das quais 291 procederam à avaliação do evento. De notar que a participação da RGD num evento de internacionalização realizado pela AAPI em junho de 2022 não foi registada neste projeto, na medida em que a organização do evento não foi da Fundação AEP, pelo que não foi possível apurar esse número.

Para além das sessões de apresentação da Rede Global da Diáspora junto do tecido associativo empresarial em Portugal, são de registar ainda outras iniciativas promovidas no âmbito de projeto que concorrem com os objetivos traçados. Pela sua importância mediática e pelo elevado contributo para a disseminação da RGD, destacamos os seguintes:

Participação na campanha de receção dos emigrantes em Vilar Formoso

O projeto esteve presente na ação organizada pelo Cap Magellan na fronteira de Vilar Formoso de receção aos emigrantes em agosto de 2022, na presença do Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e ainda a distribuição de folhetos informativos em algumas feiras e romarias organizadas pelas comunidades locais.

Sessão de apresentação da Rede Global da Diáspora à rede externa do AICEP

Esta sessão foi organizada em parceria com a AICEP no dia 19 de outubro/22 e foi especialmente dirigida aos delegados que se encontram em Angola; Cabo Verde; Canadá;



Alemanha; Reino Unido; Irlanda; Itália, Espanha; Senegal; Colômbia; Estados Unidos; Venezuela; Polónia; Grécia; China; Emirados Árabes Unidos; Timor Leste; África do Sul e Moçambique. Tratou-se de um evento online, onde foi apresentado o projeto e respetivas ferramentas de apoio.

Participação no Portugal Positivo em Genebra

A conferência Portugal+ Genebra 2022 (leia-se Portugal Positivo) é um evento de networking e promoção de Portugal organizado no âmbito do 21º aniversário do primeiro jornal em linha das comunidades, o BOM DIA.

O evento decorreu no dia 29 de outubro na sala de espetáculos do Collège de Pinchat em Carouge, Genebra e teve a participação de personalidades relevantes da diáspora portuguesa e de Portugal, artistas, influenciadores, dirigentes de empresas e organizações portuguesas e das comunidades, serão abordados domínios em que Portugal e os portugueses se destacam.

Entre os convidados e conferencistas estiveram presentes o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Paulo Cafôfo, o Embaixador de Portugal na Suíça, Júlio Vilela, o Secretário de Estado da Internacionalização Bernardo Ivo Cruz, além de empresários e profissionais do domínio do Direito, Saúde, Fiscalidade Imobiliário, Turismo, Desporto, Artes e Cultura. A Fundação AEP esteve representada pelo seu Presidente com uma intervenção online e pelo seu Diretor Executivo, Paulo Dinis, que apresentou o projeto Rede Global da Diáspora integrado num dos painéis temáticos.

Participação nos Encontros PNAID22

Sob o lema “INVESTIMENTO DA DIÁSPORA, um investimento com marca”, os ENCONTROS PNAID têm como finalidade fornecer informação sobre áreas-chave das políticas públicas do país a empresários portugueses no estrangeiro interessados em investir em Portugal. Esta iniciativa visa, ainda, dar a conhecer aos participantes as oportunidades e medidas de apoio ao investimento em Portugal e à internacionalização através da diáspora.

Este evento aconteceu em Fátima nos dias 16 e 17 de dezembro e contou com a participação de cerca 750 pessoas que assistiram a diversos painéis temáticos em torno das oportunidades de negócio com a Diáspora.

No primeiro dia, a Rede Global esteve presente em dois destes painéis, designadamente “Talento Português” e “Importação e Exportação”.

D.2 DESAFIO 2030 – TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

O **Desafio 2030** é um projeto da Fundação AEP que se destina a contribuir para um maior desenvolvimento da competitividade nacional, através:

- i) da promoção da partilha de conhecimento científico e tecnológico entre Instituições de Ensino Superior (IES) e as empresas, e
- ii) da difusão de boas práticas e de casos de sucesso na partilha de conhecimento científico e tecnológico na sociedade portuguesa.

Apesar dos constrangimentos a nível do financiamento das IES em Portugal, o nosso país tem vindo a melhorar, nos últimos anos, os seus resultados em termos de número de diplomados do ensino superior e indicadores de produção científica.

Porém, esta melhoria não se reflete no reconhecimento da produção académica por parte do tecido empresarial, uma vez que apenas 8% das empresas considera as IES como uma fonte de informação relevante, segundo o Fórum Económico Mundial, citando dados do Community Innovation Survey (CIS). De facto, verifica-se um grande distanciamento entre as instituições de ensino superior e as empresas, o que representa uma limitação ao crescimento económico e à competitividade do mercado português.

Dada a importância da produtividade para o crescimento económico, e principalmente para a convergência de rendimentos entre os portugueses e os europeus, é absolutamente necessário promover melhores condições para que as nossas empresas sejam mais inovadoras, produtivas e competitivas. Só com melhor atividade económica é possível ambicionar uma melhoria do rendimento real das famílias portuguesas.

Neste sentido, e dada a extrema importância das IES no seio do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), urge acelerar a colaboração entre as IES e as empresas portuguesas, de modo a assegurar um maior alinhamento entre estas entidades, permitindo assim uma mais eficaz partilha de conhecimento científico e tecnológico, orientando-o para as oportunidades e desafios existentes no mercado e, principalmente, convertendo-o em maior valor económico que permita a Portugal sustentar o seu crescimento.

O Desafio 2030 propõe, deste modo, a realização de uma avaliação ao panorama interno e identificação das boas práticas nacionais e internacionais de partilha de conhecimento científico e tecnológico, para sensibilizar todas as entidades envolvidas quanto à relevância da temática.

O Desafio 2030 foi desenvolvido durante 24 meses, com início em 1 de setembro de 2020 e término em 31 de agosto de 2022.

D.2.1 Implementação do Projeto Desafio 2030 em 2022

Focus group para auscultação dos intervenientes no ecossistema de inovação

- Foram efetuadas 3 sessões com a participação de empresas e entidades do SCTN das 3 regiões abrangidas pelo Projeto.
- Foi efetuado 1 relatório final dos focus group

Manual de inovação aberta para PME

Este referencial pretende servir de guia para as PME ao longo de todas as fases do processo de inovação, desde a aplicação de uma estratégia, a avaliação do ecossistema empresarial, a identificação dos recursos colaborativos adequados e a implementação e monitorização dos resultados.

Neste sentido, afigura-se como um instrumento importante para a capacitação e sensibilização das empresas para modelos otimizadas de gestão da inovação.

Testes in loco em grupo piloto de PME

Teste do Manual de Inovação Aberta num grupo-piloto de 10 empresas para ajustamento. Com o objetivo de aferir a aplicabilidade e exequibilidade do referencial de inovação aberta, foi constituído um grupo piloto com 10 PME, para realizar testes in loco. Para o efeito, para cada uma das empresas foi testado um plano de ação de inovação aberta.

Os planos de ação foram alinhados com o referencial de inovação aberta, contendo, de um modo geral, entre outros, os seguintes conteúdos: identificação dos desafios e dos objetivos específicos da empresa em matéria de inovação aberta; identificação dos drivers e de áreas chave de intervenção; levantamento dos recursos disponíveis na empresa para imputar à implementação do referencial; definição do fluxo de atividades a desenvolver tendentes à concretização dessas atividades e respetivo governance; definição de sistema de acompanhamento e monitorização do plano de ação.

Apresentação pública do Manual de Inovação Aberta no Seminário de Encerramento do Projeto em 21 de Julho de 2022

Sessões regionais

Realização de 2 Sessões Regionais:

- Aveiro – 5 Maio 2022
- Évora – 9 Junho 2022

Sessão de Encerramento

- Online – 21 de Julho 2022

Elaboração do Relatório Final e de Avaliação do Projeto

- Agosto de 2022

D.3 EMPREENDER 45-60 – ESTRATÉGIA NACIONAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SÉNIOR

D.3.1 Enquadramento e Objetivos

O projeto Empreender 45-60, pretende potenciar as capacidades dos seniores através dos vários papéis que podem assumir na esfera empresarial, quer como empreendedores, freelancers ou mentores.

D.3.1.1 Objetivos

Identificar e analisar práticas internacionais ecossistemas de apoio ao empreendedorismo sénior;

Elaboração de documento síntese, contendo uma proposta para a filosofia base do ecossistema a implementar em Portugal, a identificação dos atores e respetivos contributos, o modelo de *governance* e orientações futuras;

Promover o debate em torno da temática, pela partilha dos resultados obtidos nas fases do projeto;

Desenvolver um conjunto de ações de capacitação dos principais agentes ligados ao empreendedorismo, promovendo o *networking* e a criação de redes de apoio que permitam minimizar os constrangimentos identificados

Implementar um projeto de apoio ao empreendedorismo sénior com base num modelo de mutualismo de geração de ideias e criação de negócios, associado ainda ao empreendedorismo intergeracional e resultados esperados/atingidos.

D.3.2 ATIVIDADES DO PROJETO

Atividade 1 - Ecossistema nacional de empreendedorismo sénior

1.1. Programa de visitas a ecossistemas

Foram estudados os vários ecossistemas de apoio ao empreendedorismo sénior internacionais e selecionou-se quatro, que após análise, conclui-se serem dos mais desenvolvidos e mais facilmente replicáveis para a realidade portuguesa, a saber: Reino Unido, Espanha, Bélgica, França (e Luxemburgo).

No âmbito da fase de Follow-Up, iniciou-se a aplicação de estrutura de entrevista semiestruturada de suporte à visita exploratória ao ecossistema identificando os fatores críticos de sucesso e as boas práticas implementadas passíveis de adotar no ecossistema nacional de empreendedorismo sénior.

Foram realizadas várias reuniões online com entidades públicas e privadas destes países e uma deslocação presencial a Madrid.

1.2. Documento estratégico e plano de ação

Elaborou-se o documento de Estratégia e Plano de Ação para desenvolver o ecossistema nacional ao empreendedorismo sénior.

Este documento foi desenvolvido tendo por base as políticas, recomendações e boas praticas da Comissão Europeia e da OECD, com o intuito de compreender, não só a situação de Portugal, mas também dos restantes Estados-Membros. Assim sendo, foram elaborados inquéritos e entrevistas a dezenas de entidades do ecossistema (associações empresariais, empresas, instituições do sistema nacional de investigação e do ensino superior, entidades decisoras e executoras da política publica) nacionais e internacionais, bem como a empreendedores seniores para compreender o que já foi feito, o que ainda falta desenvolver e que boas práticas o país deve adotar, para conseguir incutir o empreendedorismo sénior na sociedade e dar resposta ao problema emergente.

Atividade 2 - Plataforma “Empreender 4560”

Desenvolveu-se a plataforma “Empreender 45-60” que foi colocada online e está devidamente operacional.

As ferramentas desenvolvidas no âmbito desta atividade foram:

- “Análise do perfil empreendedor”;
- “Análise da maturidade da ideia de negócio”;
- “Descrição do Ecossistema”, contendo entidades que o constituem e respetivo quadro de oferta, percorrendo domínios como a educação, a formação profissional, a consultoria e o acesso ao sistema financeiro.

Além destas 3 ferramentas ainda se desenvolveu uma quarta ferramenta de oportunidades para o Empreendedorismo sénior, que permite que empreendedores coloquem as suas ideias com pedidos de investimento, e que investidores pesquisem ideias de negócio em que poderão investir.

Ver em: <https://hub.empreender4560.pt/>

No total as ferramentas foram utilizadas 4.359 vezes até dezembro.

Atividade 3 - Academia empreender 45-60 - capacitação para o empreendedorismo

3.1 Ciclo de Workshops

Ocorreu no dia 2 de dezembro de 2022 uma sessão de esclarecimentos em relação ao ciclo de workshops, de forma a angariar mais participantes e esclarecer os mesmo do âmbito do projeto.

Esta sessão de esclarecimento teve como programa: Apresentação do Projeto (Sílvia Rosa - FAEP), As atividades do projeto I (Adriano Fidalgo – Astrolábio), As atividades do projeto II (Raquel Ribeiro – Grupo CH) e Perguntas e Respostas com a participação de consultores e Mentores (João Freitas e Joana Santos - Grupo CH).

O primeiro ciclo de workshops teve início dia 31 de janeiro de 2022 (Norte), 02 de fevereiro (Centro) e 04 de fevereiro (Alentejo).

O segundo ciclo de workshops teve lugar nos dias 07 de fevereiro (Norte), 09 de fevereiro (Centro) e 11 de fevereiro (Alentejo). O terceiro ciclo de workshops decorreu nos dias 08 de março (Norte), 09 de março (Alentejo) e 10 de março (Centro).

3.2 Cadernos de capacitação

Foram elaborados 3 cadernos de capacitação com os seguintes temas:

1. Seniores como empreendedores – seniores que se mantêm no ativo através da criação de um negócio ou estabelecendo-se como consultores em temáticas específicas;
2. Seniores como mentores – seniores que se mantêm no ativo através do acompanhamento continuo de diferentes projetos e indivíduos, contribuindo com a sua experiência e capital intelectual;
3. Seniores como investidores – seniores que se mantêm no ativo através do estudo de oportunidades de investimento e realização de aportes de capital em negócios da sua preferência.

Atividade 4 – Senior Match Business

4.1 Idea Business Pool

a) Norte

No dia 28 de abril foi realizada a primeira sessão do Idea Business Pool.

A segunda sessão teve lugar dia 12 de maio e a última dia 26 de maio.

b) Centro

No dia 20 de setembro foi realizada a primeira sessão do Idea Business Pool na zona centro, mais precisamente em Coimbra. A segunda sessão teve lugar dia 21 e a última no dia 22 de setembro.

c) Alentejo

No dia 27 de setembro foi realizada a primeira sessão do Idea Business Pool no Alentejo, mais precisamente em Évora. A segunda sessão teve lugar dia 28 e a última no dia 29 de setembro.

4.2 Startpoint Senior Business

Os empreendedores selecionados na fase do Idea Business Pool começaram a ter apoio de mentoria por parte de um consultor especialista.

5. Assessoria de comunicação e social media marketing

AS páginas de LinkedIn, Instagram e Facebook do projeto foram dinamizadas ao longo de todo ano com atividades do projeto.

5.1 Newsletters

Foram enviadas cinco newsletters.

5.2 Imprensa

Foram realizadas 3 entrevistas sobre o projeto.

D.4 CICLO DA SUSTENTABILIDADE

Com a ideia subjacente da Sustentabilidade, a Fundação AEP iniciou um Ciclo ligado ao tema que marca o seu compromisso com as exigências do mundo moderno que reclamam um posicionamento responsável dos agentes produtivos na gestão global dos recursos.

A parceria com a Fundação Manuel António da Mota e a Associação GRACE marcam o início de um trajeto consistente nesta temática. Apraz registar o apoio, a título de patrocínio, da APCER e do Crédito Agrícola e a colaboração do Grupo Editorial Vida Económica e da Newsletter Portugal Empresarial.

Formato:

Conversas (online) orientadas por moderador especialista, tendo por base testemunhos empresariais de boas práticas de sustentabilidade nas PME nacionais.

Objectivos

Pretende-se, a partir de casos concretos de boas práticas empresariais, caminhar para uma eficaz disseminação no perímetro territorial relevante da envolvente das empresas.

Encetar uma colaboração institucional orientada pela necessidade de consciencialização das empresas portuguesas sobre os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

Potenciar a cultura de compromisso no que respeita à partilha de soluções de compatibilização da gestão empresarial e a sustentabilidade.

Posicionar os promotores como interfaces qualificados para acesso a informação por parte das empresas sobre o tema da Sustentabilidade.

Atividades:

Em 2022 foram realizadas as seguintes Talks online:

- 23/02/2022 – Sustentabilidade: o impacto no desenvolvimento das empresas;
- 12/05/2022 – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável – o desafio Ambiental;
- 23/11/2022 – Uma visão dinâmica para a Sustentabilidade.

D.5 THINK TANK - PORTUGAL POR INTEIRO / TERRITÓRIOS DE FUTURO

O Think Tank **PORTUGAL POR INTEIRO/Territórios de Futuro** é um laboratório de ideias criado pela Fundação AEP - Associação Empresarial Portuguesa, com a missão de promover uma reflexão prospetiva e estratégica sobre o futuro do País a partir dos seus territórios, fora da bolha centralista e tecnocrática e fora da caixa das ideias feitas e das soluções pronto-a-vestir.

Mobilizando o saber e a experiência de empresários, académicos, profissionais liberais, dirigentes associativos e inúmeras personalidades da sociedade civil, esta reflexão está focada nos problemas estruturais do país, com particular incidência na coesão, na competitividade e na sustentabilidade territorial, à luz dos desafios e oportunidades geradas pelas mutações/transições «societais» e tecnológicas em curso: demográfica, climática, digital e energética. Os seus trabalhos, consagrados à elaboração de cenários prospetivos e de propostas temáticas para enriquecer a dimensão territorial das políticas públicas, são disseminados através da realização de estudos e relatórios e da organização de conferências e debates.

Atividades:

Em 2022 foram realizadas as seguintes Conferências em parceria com a Fundação de Serralves:

- “Os Territórios e as Pessoas”, Fundação de Serralves, 20 outubro de 2022, com o Prof. Dr. Luís Valente de Oliveira;
- Os territórios, abandono rural e alimentação», Fundação de Serralves, 30 de novembro de 2022, com o Prof. Dr. Arlindo Cunha.



Informação Institucional

E. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

E.1. Concessão do Restaurante

Neste ano foi continuado o novo enquadramento contratual da Concessão de Exploração do Restaurante da Fundação, decorridos os primeiros dez anos de exploração.

De acordo com a negociação efetuada, resultou um acordo para concessão de exploração por mais dois anos, renováveis, sob condição de ser garantida a renovação do espaço do restaurante e melhorado o serviço.

Com as novas condições de exploração, o concessionário efetivamente realizou obras de melhoramento no espaço do restaurante com benefício da sua clientela e prestígio da Fundação.

E.2 Procedimentos de Contratação Pública

Tendo em conta o estatuto de Entidade Adjudicante nos termos previstos no Código de Contratação Pública, foram realizados, em Plataforma de Compras Públicas, todos os procedimentos previstos para as adjudicações contempladas nos projetos co-financiados promovidos pela Fundação AEP.

E.3 Conversas Portugal Empresarial

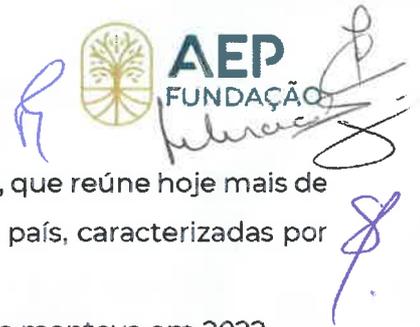
O Ciclo Conversas Portugal Empresarial pretende constituir-se como um espaço de debate e troca de ideias sobre temas de particular atualidade contando, para o efeito, com o contributo de personalidades de referência nacional.

O governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, foi a personalidade convidada para o primeiro almoço-debate, o qual decorreu no dia 21 de outubro de 2022.

Perante uma assistência composta essencialmente por empresários e gestores, a produtividade era um tema obrigatório, tendo o governador salientado o impacto positivo que o aumento do nível das qualificações tem na produtividade e no crescimento económico.

E.4 Relações Associativas

O Centro Português de Fundações (CPF) é a instituição representativa do setor fundacional em Portugal.



O CPF é uma associação privada, reconhecida de utilidade pública, que reúne hoje mais de uma centena de fundações portuguesas, provenientes de todo o país, caracterizadas por diferentes origens, dimensões, finalidades e âmbitos de atuação.

A Fundação AEP tornou-se associada do CPF em 2011, estatuto que manteve em 2022.

F. RESULTADOS

A Fundação AEP encerrou o ano de 2022 com um resultado líquido de €15.904 (quinze mil, novecentos e quatro euros).

A Fundação AEP não tem quaisquer dívidas em mora perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.

G. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado de 2022, no montante de €15.904 (quinze mil, novecentos e quatro euros), seja transferido para resultados transitados.

Queremos, por fim, dirigir uma palavra de apreço a todos os Fundadores, Curadores, aos membros do Conselho Fiscal e a todos os colaboradores que, ao longo deste ano de 2022, com o seu apoio e confiança, nos ajudaram na nossa missão.

Porto, 22 de março de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



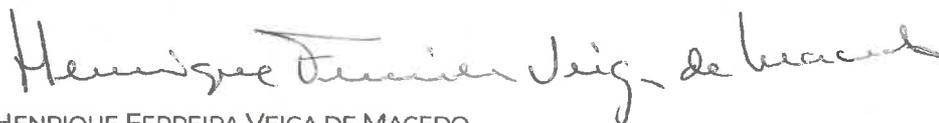
LUÍS MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO

PRESIDENTE



MIGUEL PEDRO DUARTE PINTO

VOGAL



HENRIQUE FERREIRA VEIGA DE MACEDO

VOGAL



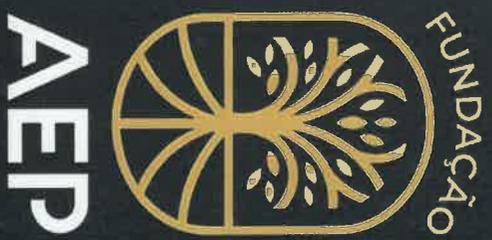
FERNANDO PAIVA DE CASTRO

VOGAL



SÓFIA SALGADO PINTO

VOGAL



CONTAS



H. CONTAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2022	31 Dezembro 2021
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8	2.270.074	2.280.081
Activos intangíveis	7	376.816	255.353
Participações financeiras	9	995.957	952.580
Ações Nexponor		995.184	952.107
Outros		773	473
Total do ativo não corrente		3.642.847	3.488.015
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	10	56.248	41.007
Estados e outros entes públicos	13	-	1.014
Outros ativos correntes	6 e 10	501.953	1.199.640
Diferimentos	14	20	142
Caixa e depósitos bancários	4	60.907	96.992
Total do ativo corrente		619.128	1.338.795
Total do ativo		4.261.975	4.826.810
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	3.900.000	3.900.000
Resultados transitados	11	(500.413)	(501.979)
Excedentes de revalorização de ativos	11	264.923	264.923
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	263.424	167.093
		3.927.934	3.830.038
Resultado líquido do período	11	15.904	1.566
Total do fundo de capital		3.943.838	3.831.604
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	12	51.547	51.547
Total do passivo não corrente		51.547	51.547
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	57.258	244.592
Estado e outros entes públicos	13	12.527	17.169
Outros passivos correntes	10	95.535	50.627
Diferimentos	14	101.270	631.272
Total do passivo corrente		266.590	943.659
Total do passivo		318.137	995.206
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.261.975	4.826.810

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

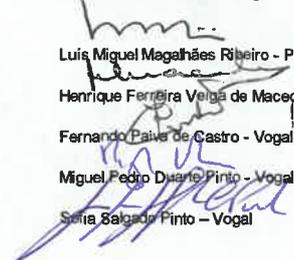
Luís Miguel Megalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sónia Salgado Pinto - Vogal



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	15	150.022	147.648,44
Subsídios, doações e legados à exploração	16	453.130	538.621
Subsídios		414.749	518.841
Legados à exploração		38.381	19.781
Trabalhos para a Própria Entidade	7	150.537	-
Fornecimentos e serviços externos	18	(591.203)	(527.876)
Gastos com o pessoal	19	(155.200)	(143.785)
Aumentos/(Reduções) de justo valor	9	43.077	20.036
Outros rendimentos e ganhos	17	18.996	13.620
Outros gastos e perdas		(1.956)	(2.504)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		67.403	45.761
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(50.932)	(44.195)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16.471	1.566
Juros e gastos similares suportados		(567)	
Resultado antes de impostos		15.904	1.566
Imposto sobre o rendimento do período	20	-	-
Resultado líquido do período		15.904	1.566

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho

O Conselho de Administração

Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Parva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Balgado Pinto - Vogal

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS PERÍODOS
 FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em Euros)

2021							
	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2021		3.975.000	(436.500)	264.923	136.890	(53.368)	3.788.946
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	(65.479)		30.203	53.368	18.092
		<u>3.975.000</u>	<u>(501.979)</u>	<u>264.923</u>	<u>167.093</u>	<u>-</u>	<u>3.805.036</u>
Resultado líquido do período						1.566	1.566
Resultado integral						<u>1.566</u>	<u>3.806.604</u>
Operações com instituidores no período							
Fundos	11	25.000	-	-	-	-	25.000
		<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.000</u>
Posição no fim do período 2021	11	<u>3.900.000</u>	<u>(501.979)</u>	<u>264.923</u>	<u>167.093</u>	<u>1.566</u>	<u>3.831.604</u>
2022							
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2022	11	3.900.000	(501.979)	264.923	167.093	1.566	3.831.603
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	1.566		96.331	(1.566)	96.331
	11	<u>3.900.000</u>	<u>(500.413)</u>	<u>264.923</u>	<u>263.424</u>	<u>-</u>	<u>3.927.933</u>
Resultado líquido do período						15.904	15.904
Resultado integral						<u>15.904</u>	<u>3.943.838</u>
Posição no fim do período 2022	11	<u>3.900.000</u>	<u>(500.413)</u>	<u>264.923</u>	<u>263.424</u>	<u>15.904</u>	<u>3.943.838</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

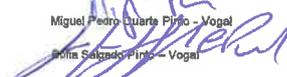
Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Viegas de Macedo - Vogal

Fernando Paula de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Inês Salgado Pinto - Vogal



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		162.203	197.403
Pagamentos a fornecedores		(670.276)	(571.768)
Pagamentos ao pessoal		(81.112)	(72.617)
Caixa gerada pelas operações		(589.185)	(446.981)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(60)
Subsídios e donativos		747.769	398.543
Outros recebimentos / pagamentos		(102.340)	(95.394)
Fluxos das atividades operacionais [1]		46.244	(143.893)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(11.961)	-
Activos intangíveis		(119.801)	-
Outros activos		-	-
		(131.763)	-
Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
		-	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		(131.763)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Fundo Social		-	25.000
Financiamentos obtidos		75.000	-
Outras operações de financiamento		50.000	-
		125.000	25.000
Pagamentos provenientes de:			
Fundo Social		-	-
Financiamentos obtidos		(75.000)	-
Juros e rendimentos similares		(567)	-
Dividendos		-	-
		(75.567)	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		49.433	25.000
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(38.085)	(118.893)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	96.992	215.885
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	60.907	96.992

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

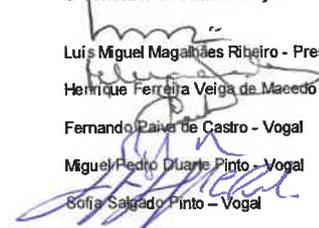
Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga da Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal



I. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Designação da Entidade:

FUNDAÇÃO AEP

1.2 Sede:

Avenida da Boavista, 2671
4100-135 Porto

1.3 NIPC:

509 536 786

1.4 Natureza da atividade:

A Fundação AEP (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional, sem fins lucrativos, com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, conforme despacho nº 6420-A/2018 de 19 de Junho de 2018 e nos termos do Decreto-lei 460/77 de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-lei 391/2007 de 13 de dezembro, tendo sido constituída em 19 de novembro de 2009, com sede no Porto, e iniciado a atividade a 01 de Setembro de 2010.

A Fundação tem como objetivo a realização, apoio e patrocínio de ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial; a difusão de conhecimento na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso 8259/2015, do Sistema de Normalização Contabilística. .

As demonstrações financeiras apresentadas tiveram em consideração os novos modelos preconizados pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euro, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

É do entendimento da Administração da Fundação que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as suas operações, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

A empresa procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Esta alteração de política permite a atualização dos valores dos terrenos e edifícios aos valores de mercado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na

localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Fundação espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são divulgados deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 e correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Designação</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	100; 50; 20; 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os aumentos à quantia escriturada resultantes da revalorização estão creditados em excedentes de revalorização de AFT, nos capitais próprios da empresa, e as respectivas reduções debitadas (resultantes das depreciações).

3.3- Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.



As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Designação	Anos
Software Informático	10

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

3.4 – Investimentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e incluem as contas a receber e a pagar, caixa, depósitos bancários e financiamentos obtidos e concedidos.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e que não correspondam a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos nem a investimentos em associadas, bem como instrumentos financeiros

derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são avaliados quanto a imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas

por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos

Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Fundação não tem instrumentos compostos.



3.5 Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada através do método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

- Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber são calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal líquido de eventuais comissões, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Fundação não tem registada qualquer obrigação decorrente deste tipo de contratos.

- Fornecedores e outras contas a pagar



Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Fundação entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente dos subsídios à exploração recebidos é reconhecido com referência à realização dos acontecimentos relacionados com a obtenção dos referidos subsídios.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(b) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

(d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.8- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte estão relacionadas:

- a) Justo valor e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- b) Registo de provisões e perdas por imparidade;
- c) Reconhecimento custos e ganhos a pagar e/ou receber, diretamente associadas ao rédito

3.9- Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (eventos não ajustáveis) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.



4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Numerário	200	201
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	60.707	96.791
	<u>60.907</u>	<u>96.992</u>
	<u>60.907</u>	<u>96.992</u>

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Alteração de Políticas Contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às utilizadas no período anterior.

Alteração em estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações relevantes em estimativas contabilísticas face às efetuadas no período anterior.

Correção de erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 não existiram correções de erros materiais de períodos anteriores.

6 PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas

Os termos e condições praticados nas operações da Fundação com as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que seriam praticados com entidades independentes.

As entidades relacionadas encontram-se caracterizadas abaixo:

AEP – Associação Empresarial de Portugal, com sede Avenida da Boavista, 2671 4100-135 Porto em Portugal, por via Estatutária.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Venda Participações Financeiras 2022	Serviços prestados	Venda Participações Financeiras 2021	Serviços prestados
Entidades com controlo conjunto influência significativa	-	50.000	12.111	75.000
Outras partes relacionadas	-	50.000	12.111	75.000

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Fundação apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:
2022:

	2022	
	Contas a receber líquidas (Nota 10)	Contas a pagar correntes (Nota 10)
Entidades com controlo conjunto influência significativa	127.889	50.250
	<u>127.889</u>	<u>50.250</u>

Em fevereiro de 2022, foi celebrado um contrato de mútuo entre a Fundação AEP e a entidade AEP- Gestão de Participações, SA, no valor de 50.000 euros, destinada à carência pontual de tesouraria da primeira, razão pelo qual está no curto prazo (Nota 10).

Em 2020 procedeu-se à alienação da participação no CESAE, pelo valor de 12.889 euros, à AEP, em resultado de um acordo celebrado entre a AEP e o CESAE, em sequência da transformação do CESAE num Centro Protocolar. Este valor que permanece em dívida, pela AEP à Fundação AEP, a dezembro de 2022 (Nota 10).





2021:

2021

	Contas a receber líquidas (Nota 10)
Entidades com controlo conjunto influência significativa	87.889
	<u>87.889</u>

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram registados quaisquer gastos com dívidas incobráveis e perdas por imparidade referentes a partes relacionadas.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2022		2021
	Outros Ativos Intangíveis	Outros Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos			
Saldo inicial	283.014	-	231.612
Aquisições	126.743	23.794	51.402
Saldo final	<u>409.757</u>	<u>23.794</u>	<u>283.014</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	27.661	-	4.875
Amortizações do exercício	29.074	-	22.786
Saldo final	<u>56.735</u>	<u>-</u>	<u>27.661</u>
Ativos líquidos	<u>353.023</u>	<u>23.794</u>	<u>255.353</u>

Em 2022, concluíram-se os trabalhos do Portal Desafio 2030, no valor de 50.886 euros, que visa fomentar a colaboração e a transferência de conhecimento entre as entidades que compõem o Sistema Científico e Tecnológico Nacional através da ativação de ações estratégicas, e o Portal Business Intelligence, no valor de

75.857 euros, que é a maior rede social colaborativa dirigida à diáspora portuguesa, que liga as empresas nacionais às comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Em janeiro de 2022 iniciaram-se os trabalhos para a Portal Empreender 45-60, que estão registados na rubrica "Outros ativos intangíveis em curso, uma vez que ainda não foram concluídos. Esta plataforma tem por objetivo identificar e analisar estratégias de emprego implementadas em países pertencentes à União Europeia, direcionadas à população desempregada e qualificada, com idade superior a 45 anos, procurando identificar os principais drivers de sucesso.

Nos trabalhos de construção destas plataformas utilizaram-se recursos próprios e adquiridos para o efeito e estão refletidos na demonstração de resultados na rubrica "trabalhos para a própria empresa".

Em 2021, foi concluído o Portal do investidor Diáspora, que visa reforçar o apoio ao regresso de portugueses e de lusodescendentes e apoiar o investimento da Diáspora em Portugal, no valor de 25.701 euros e o Portal Rotas Lusitanas Diáspora, que promove os estabelecimentos que comercializem produtos nacionais, incentivando outras empresas a comercializarem produtos e/ou marcas portuguesas, para atrair clientes junto das comunidades portuguesas, no valor de 25.701,16 euros, ambos alojados em www.redeglobal.pt.

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2022				
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689.224	1.803.343	7.772	24.960	2.525.299
Aquisições	-	-	-	11.851	11.851
Saldo final	689.224	1.803.343	7.772	36.811	2.537.150
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	216.376	7.772	21.070	245.218
Amortizações do exercício	-	20.671	-	1.188	21.859
Saldo final		237.047	7.772	22.258	267.077
Ativos líquidos	689.224	1.566.296	0	14.554	2.270.074

2021

	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689.224	1.803.343	7.772	24.960	2.525.299
Saldo final	689.224	1.803.343	7.772	24.960	2.525.299
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		195.705	7.710	20.394	223.809
Amortizações do exercício	-	20.671	61	676	21.409
Saldo final		216.376	7.772	21.070	245.218
Ativos líquidos	689.224	1.586.967	0	3.890	2.280.081

As depreciações do exercício, no montante de 21.859 euros (21.409 euros em 2021) foram registadas na totalidade na rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e amortização”.

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021 as participações financeiras da Fundação eram as seguintes:

	2022	2021
FGCT	773	473
NEXPONOR, SICAFI, S.A.	995.184	952.107
	995.957	952.580

O valor referente à Nexponor Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo Sicafi corresponde a títulos representativos de cerca de 2% do Fundo Imobiliário e que se encontram valorizados a 4,15 euros, de acordo com a proporção no seu capital próprio a 31 de dezembro de 2022.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, foi o seguinte:



	2022	2021
Participações financeiras		
Saldo inicial	952.580	892.245
Aumentos	300	65.299
Alienações/abates	-	(25.000)
Aumentos/(Reduções) de justo valor	43.077	20.036
Saldo final	995.957	952.580

A linha “aumentos/reduções de justo valor” no valor de 43.077 euros, positivos (20.036 euros, positivos em 2021), refere-se ao ajustamento dos títulos no Fundo Imobiliário a 31 de dezembro de 2022, tendo em consideração a variação do património daquele fundo no período.

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros (ativos e passivos) em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhadas conforme se segue:

	2022			2021		
	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
ATIVOS FINANCEIROS						
Disponibilidades:						
Numerário (Nota 4)	200	-	200	201	-	201
Depósitos à ordem (Nota 4)	60.707	-	60.707	96.791	-	96.791
	60.907	-	60.907	96.992	-	96.992
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Clientes (Nota 10)	56.248	-	56.248	41.007	-	41.007
Outros ativos correntes (Nota 10)	501.953	-	501.953	1.199.640	-	1.199.640
	558.201	-	558.201	1.240.647	-	1.240.647
	619.108	-	619.108	1.337.639	-	1.337.639

	2022	2021
PASSIVOS FINANCEIROS		
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores (Nota 10)	57.258	244.592
Outras passivos correntes (Nota 10)	95.535	50.627
	152.793	295.219

10.2 Clientes e outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica clientes apresentava a seguinte composição:

	2022			2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido:						
0-180 dias	56.248	-	56.248	41.007	-	41.007
	<u>56.248</u>	<u>-</u>	<u>56.248</u>	<u>41.007</u>	<u>-</u>	<u>41.007</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Outros ativos correntes” apresentavam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Devedores por acréscimo de rendimento (Nota 6)	171.785		171.785	218.817		218.817
Outras contas a receber (Nota 6)	330.168		330.168	980.823		980.823
	<u>501.953</u>	<u></u>	<u>501.953</u>	<u>1.199.640</u>	<u></u>	<u>1.199.640</u>

A rubrica de “Devedores por acréscimo de rendimento” respeita a subsídios já aprovados pelas entidades competentes, mas ainda não recebidos, para fazer face a custos já incorridos, no montante de 112.099 euros (143.817 euros em 31 de dezembro de 2021) e a uma estimativa de receita no valor de 50.000 euros, para a divulgação da imagem do Grupo AEP e das suas participadas na Plataforma da Diáspora (75.000 euros em 31 de dezembro de 2021).

A rubrica “Outras contas a receber” em 2022, engloba o valor que falta receber de subsídios no valor de 250.111 euros (966.163 euros em 31 de dezembro de 2021) (Nota 16), 12.889 euros referentes à alienação da participação no CESAE, à AEP, em resultado de um acordo celebrado entre a AEP e o CESAE, em sequência da transformação do CESAE num Centro Protocolar e 65.000 euros pela divulgação da imagem do Grupo AEP e das suas participadas na Plataforma da Diáspora.

10.3 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	57.258	244.592
	<u>57.258</u>	<u>244.592</u>

Os valores registados na rubrica de fornecedores, referem-se à execução dos projetos em curso, nomeadamente, Rede Global na Diáspora 2.0, Empreender 45-60 II, Empreender 2020 e Desafios 2030.

10.4 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimo de gastos	14.175	19.431
Outros credores	81.360	31.196
	<u>95.535</u>	<u>50.627</u>

A rubrica “Outros credores” engloba:

- 20.104 euros referentes a cauções destinadas a garantir a celebração dos contratos que têm por objeto a aquisição de serviços de consultoria, empresariais diversos e afins, tendentes à execução do projeto “Rede Global da Diáspora 2.0” inserido no âmbito do Sistema de Apoio às Ações Coletivas do COMPETE2020;
- 10.982 euros referentes a caução destinada a garantir a celebração do contrato que tem por objeto a aquisição de serviços de consultoria no âmbito da execução do projeto “Empreender 45-60- estratégia Nacional de Apoio ao Empreendedorismo Sénior” inserido no âmbito do Sistema de Apoio às Ações Coletivas do COMPETE2020;
- 50.000 euros referente a um contrato de mútuo celebrado com a AEP- Gestão de Participações, SA, destinado à cobertura de carência pontual de tesouraria da FAEP, cujo prazo de pagamento é inferior a um ano.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Credores por acréscimos de gastos” tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações a liquidar	13.528	18.305
Outros acréscimos de custos	647	1.126
	<u>14.175</u>	<u>19.431</u>

11 FUNDO PATRIMONIAL

Fundo social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Fundo Social da Fundação é de 3.900.000 euros e está totalmente subscrito e realizado.

Reservas Legais

A Fundação não está sujeita à obrigatoriedade de constituição de Reservas Legais dada a sua natureza jurídica. Os valores que compõem os fundos patrimoniais, exceto em caso de liquidação, em que a decisão compete ao Conselho de Curadores, não são distribuíveis aos associados, podendo apenas ser utilizados para a cobertura de prejuízos ou em investimentos em atividades que constituam o objeto da Fundação.

Resultados Transitados e Outras Variações dos Fundos Patrimoniais

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 os “Resultados transitados” e as “Outras Variações dos Fundos Patrimoniais” eram os seguintes:

	Resultados Transitados	Excedente de revalorização de ativos	Outras variações do capital próprio	Total
Quantia em 1-1-2021	(436.500)	264.923	136.890	(34.687)
<i>Aplicação do resultado de 2020</i>	(53.368)	-	-	-53.368
<i>Reconhecimento de subsídio ao investimento (Nota 15)</i>	-	-	(13.489)	(13.489)
<i>Outras variações dos fundos patrimoniais</i>	(12.110)	-	43.692	31.582
Quantia em 31-12-2021	(501.978) 0	264.923	167.093	-69.962
<i>Aplicação do resultado de 2021</i>	1.566	-	-	1.566
<i>Reconhecimento do subsídio ao investimento (Nota 15)</i>	-	-	(19.061)	(19.061)
<i>Outras variações dos fundos patrimoniais</i>	-	-	115.392	115.392
Quantia em 31-12-2022	(500.413)	264.923	263.424	27.934

O resultado positivo, no valor de 1.566 euros, de 31 de dezembro de 2021 foi transferido para resultados transitados.

A rubrica “Outras variações dos fundos patrimoniais” corresponde a subsídios ao investimentos, não reembolsáveis, para a construção do portal do investidor Diáspora, a uma plataforma de suporte à rede colaborativa alojada em www.redeglobal.pt, ao portal Desafios 2030, ao Portal Business Intelligence e ao portal Empreender 45-60. Estes subsídios são inicialmente reconhecidos nesta rubrica de fundo social, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados em função da depreciação dos ativos a que estão associados (Nota 8, 15 e 17).

12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A empresa procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Em resultado da revalorização dos terrenos, os mesmos passaram a estar registados pelo montante de 689.224 euros, a sua nova base de custo, e gerado um incremento patrimonial de 263.180 euros e os correspondentes passivos por impostos diferidos de 51.547 euros naquela data.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto s / Rendimento	-	-	1.014	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	1.606	-	1.566
Imposto sobre o valor acrescentado	-	7.680	-	13.080
Contribuições para a Segurança Social	-	3.242	-	2.523
Outros Impostos	-	-	-	-
	-	12.527	1.014	17.169

14 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Diferimentos ativos		
Outros gastos a reconhecer	20	142
	20	142
Diferimentos passivos		
Subsídios à exploração por executar	101.270	631.272
	101.270	631.272

Na rubrica "Subsídios à exploração por executar" estão registados os projetos acordados no âmbito do Compete 2020 e que se encontram por executar (Nota 16).

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Fundação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Prestação de serviços	150.022	147.648
Outros	515.203	572.277
	665.225	719.925

A prestação de serviços engloba encontros, conferências e debates ao almoço subordinados a vários temas relacionados com a área empresarial e aluguer das instalações da FAEP para eventos organizados por terceiros.

	2022	2021
Subsídios (Nota 16)	453.130	538.621
Aumentos/(Reduções) de justo valor (Nota 9)	43.077	20.036
Outros rendimentos e ganhos	18.996	13.620
	<u>515.203</u>	<u>572.277</u>

16 SUBSÍDIOS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios à exploração por parte do Governo, no âmbito do programa COMPETE:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:					
	3.443.592	3.169.863	273.729	414.749	3.206.521
	<u>3.443.592</u>	<u>3.169.863</u>	<u>273.729</u>	<u>414.749</u>	<u>3.206.521</u>

Também compõem a conta de subsídios os patrocínios recebidos no montante de 38.381 euros (19.781 euros em 2021).

17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	2022	2021
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Notas 11 e 15)	18.922	13.489
Outros	74	131
	<u>18.996</u>	<u>13.620</u>

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

[Handwritten mark]

	2021	2020
Subcontratos	522.598	468.707
Electricidade	6.749	9.013
Água	4.789	4.249
Material de escritório	921	558
Conservação e reparação	6.808	4.119
Comunicação	1.933	1.537
Vigilância e segurança	27.546	25.209
Trabalhos especializados	4.978	983
Honorários	356	-
Seguros	2.183	2.118
Limpeza, higiene e conforto	4.911	4.841
Outros fornecimentos e serviços	7.432	6.543
	591.203	527.876

Em 2021 os dispêndios registados na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos- subcontratos” devem-se, sobretudo, a montantes incorridos em atividade subsidiada, no âmbito do programa COMPETE e na construção da plataforma de suporte à rede colaborativa.

Em 2022 os dispêndios registados na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos- subcontratos” devem-se, sobretudo, a montantes incorridos em atividade subsidiada, no âmbito do programa COMPETE e na construção do Portal Desafios 2030, do Portal Portal Business Intelligence e do Portal Empreender 45-60.

19 GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme se segue:

	2022	2021
Remunerações do pessoal	126.692	118.407
Encargos sobre remunerações	26.327	24.760
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	539	618
Outros	1.642	-
	155.200	143.785

Não existem quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos relativamente aos órgãos sociais.

O número médio de colaboradores de 2022 e 2021 foi de 4 e 4, respetivamente.

20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, nos termos do art.º 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, dado o seu estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, é-lhe concedida isenção para todos os rendimentos, exceto comerciais, industriais ou de capitais.

A FAEP é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, cuja soma algébrica corresponde ao Rendimento global. Os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários são rendimentos não sujeitos a IRC, pelo que não devem ser relevados nem na declaração modelo 22 nem no anexo D da declaração modelo 22, por não serem rendimentos sujeitos ou isentos.

A matéria coletável obtém-se pela dedução ao rendimento global, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, determinados nos termos do artigo 53.º do CIRC, dos gastos comuns e outros imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos, nos termos do artigo 54.º CIRC e de benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele rendimento.

A taxa a aplicar, aos rendimentos sujeitos e não isentos de IRC, é de 21%, conforme o n.º 5 do artigo 87.º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

21 CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

Não existem passivos contingentes no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

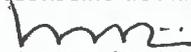
Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 de março de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a parecer pelo Conselho de Curadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

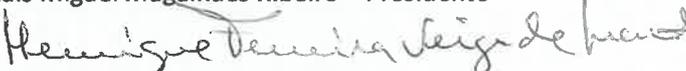
O Contabilista Certificado

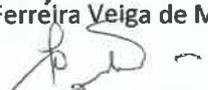
Paula Cristina Teixeira de Carvalho



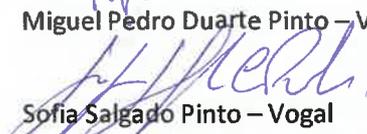
O Conselho de Administração


Luís Miguel Magalhães Ribeiro – Presidente


Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal


Fernando Paiva de Castro - Vogal


Miguel Pedro Duarte Pinto – Vogal


Sofia Salgado Pinto – Vogal

AEP



FUNDAÇÃO